



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS

URFBio Jequitinhonha - Núcleo de Regularização e Controle Ambiental

Parecer Técnico IEF/URFBIO JEQ - NUREG nº. 3/2025

Diamantina, 31 de março de 2025.

PARECER ÚNICO					
1. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO AMBIENTAL					
Nome: Marcus Henrique Rabello de Oliveira Santos				CPF/CNPJ: 045.413.116-07	
Endereço: Avenida Historiador Jordão Emerenciano, nº 101				Bairro: Iputinga	
Município: Recife		UF: PE		CEP: 50.800-120	
Telefone: (38) 3420-0358		E-mail: consultoriateraviva@yahoo.com.br			
O responsável pela intervenção é o proprietário do imóvel? (X) Sim, ir para o item 3 () Não, ir para o item 2					
2. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL					
Nome:				CPF/CNPJ:	
Endereço:				Bairro:	
Município:		UF:		CEP:	
Telefone:		E-mail:			
3. IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL					
Denominação: Fazenda Jambreiro				Área Total (ha): 32,2537	
Matrícula no Cartório Registro de Imóveis: 21987 Livro: 2 Comarca: Diamantina.					
Documento de posse (descrição do tipo): ESCRITURAS DECLARATÓRIAS DE POSSE (REFERENTES AS GLEBAS LOCALIZADAS NA REGIÃO LESTE E OESTE DO IMÓVEL, NÃO CONTEMPLADAS NA ÁREA DA MATRÍCULA 21987).				Município/UF: Datas/MG	
Coordenadas Geográficas do imóvel (UTM / SIRGAS 2000 / Zona 23K)				X: 637931.00 m	Y: 7937439.00 m
Recibo de Inscrição do Imóvel Rural no Cadastro Ambiental Rural (CAR): MG-3121001-4195.D426.B942.4B70.A2A9.4A99.356F.37A6					
4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA					
Tipo de Intervenção		Quantidade		Unidade	
Intervenção sem supressão de cobertura vegetal nativa em áreas de preservação permanente – APP		0,96		ha	
5. INTERVENÇÃO AMBIENTAL PASSÍVEL DE APROVAÇÃO					
Tipo de Intervenção	Quantidade	Unidade	Fuso	Coordenadas planas (usar UTM, data WGS84 ou Sirgas 2000)	
				X	Y
Intervenção sem supressão de cobertura vegetal nativa em áreas de preservação permanente – APP	0,96	ha	23k	637931.00	7937439.00
6. PLANO DE UTILIZAÇÃO PRETENDIDA					
Uso a ser dado a área		Especificação (código/descrição)			Área (ha)
Mineração		A-03-01-8 - Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil.			0,96
7. COBERTURA VEGETAL NATIVA DA (S) ÁREA (S) AUTORIZADA (S) PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL					
Bioma/Transição entre Biomas	Fisionomia/Transição	Estágio Sucessional (quando couber)			Área (ha)
Mata Atlântica	Campo Cerrado e Campo	Campo Cerrado e Campo			0,96
8. PRODUTO/SUBPRODUTO FLORESTAL/VEGETAL AUTORIZADO					
Produto/Subproduto	Especificação	Quantidade	Unidade		
-	-	-	-		

1. HISTÓRICO

Data de formalização/aceite do Processo: 24/01/2024.

Data da vistoria: 21/06/2024.

Data da 1ª solicitação de informações complementares: 26/06/2024.

Data do 1º recebimento de informações complementares: 06/11/2024.

Data da 2ª solicitação de informações complementares: 27/11/2024.

Data do 2º recebimento de informações complementares: 27/01/2025.

Data de emissão do parecer único: 31/03/2025.

Visando estabelecer uma compreensão da demanda ora em apreço, em especial quanto à forma pela qual o presente Parecer Técnico foi construído, há que se descrever um histórico e o contexto em que ela se insere.

O Requerente acima qualificado peticionou junto ao IEF – URFBio Jequitinhonha um Processo SEI de Intervenção Ambiental N° 2100.01.0058304/2022-14 (57897505), vistoriado de forma presencial em 19/04/2023 e que culminou com o Relatório Técnico nº 26/IEF/URFBIO JEQ - NUREG/2023 (65718064) que, em razão de seus registros suscitou a inclusão àquele Processo do Ofício IEF/URFBIO JEQ - NUREG nº. 80/2023 (66137574), de Solicitação de Informações Complementares.

Ressalta-se que o Processo SEI acima informado foi Arquivado em virtude do não atendimento das Informações Complementares de forma tempestiva, conforme detalham o Despacho nº 214/2023/IEF/NUREG Jequitinhonha (75560700) e o Ofício IEF/NAR SERRO nº. 47/2023 (75666128), devidamente incluídos ao Processo.

Vale ressaltar que o Ofício de Informações Complementares incluía, dentre outras, a necessidade em se sanear inconsistências relacionadas à regularidade da Área de Reserva Legal do imóvel - ARL, tanto na Matrícula do imóvel, bem como junto ao seu Cadastro Ambiental Rural - CAR.

Ato contínuo o Requerente, através de seu Representante Legal, peticionou, através do SEI, conforme diretrizes divulgadas no site do IEF, o Processo Administrativo de Requerimento de Regularização de Reserva Legal N° 2100.01.0034701/2023-02 (74318037) cujo Despacho de Aceite ocorreu em 03/10/2023 (74548997).

Ainda no contexto da presente demanda, em decorrência do Arquivamento acima citado, o Requerente peticionou o presente Processo SEI de Intervenção Ambiental para fins de regularização da mesma atividade e área às quais se referia o Processo de Intervenção Arquivado, para o qual foi incluído o Despacho de Aceite em 24/01/2024 (80902913).

Desta forma, cumpre esclarecer, dada a inter-relação entre as demandas, que o Processo em referência está relacionado no SEI ao Processo de Intervenção Ambiental N° 2100.01.0058304/2022-14 (Arquivado), bem como, ao Processo Administrativo de Requerimento de Regularização de Reserva Legal N° 2100.01.0034701/2023-02.

Os fatos acima narrados, conforme orienta o artigo 24 da Resolução Conjunta SEMAD/IEF N° 3.102/2021, alterada pela Resolução Conjunta SEMAD/IEF N° 3.162/2022, justificou a realização remota da Vistoria Técnica vinculada a esta demanda (90857376), tendo em vista a disponibilidade de imagens de satélite e de geotecnologias necessárias para tal, conforme o disposto na Nota Técnica 1 incluída ao Processo ora em análise (82741604).

Por todo o acima exposto, cumpre esclarecer que a consolidação do presente Parecer Técnico, sempre que necessário recorreu a documentos cartoriais e de mapeamentos físicos e digitais incluídos a todos os Processos Administrativos acima citados.

No presente Processo foi requerida a intervenção ambiental na modalidade "Intervenção sem supressão de cobertura vegetal nativa em áreas de preservação permanente – APP" - Modalidade Convencional, em uma área de 0,96 hectares (80879451), no imóvel rural denominado Fazenda Jambreiro cujo proprietário é o Senhor Marcus Henrique Rabello de Oliveira Santos (80879525).

Em razão das vistorias realizadas no imóvel, tanto na vistoria presencial (65718064), bem como, na vistoria remota (90857376) constatou-se que, de fato, a área pretendida para a regularização é na Modalidade Convencional, não tendo sido realizado um Inventário Florestal Quantitativo, tendo em vista tratar-se de regularização de intervenção ambiental em APP, comprovadamente sem rendimento lenhoso. O Projeto de Intervenção Ambiental - PIA incluído ao Processo (80879461) trata apenas de aspectos Qualitativos acerca do imóvel rural e da área requerida para regularização.

Destaca-se ainda, em atendimento a Norma vigente, em decorrência da modalidade de intervenção requerida, que consta incluído ao Processo do devido Estudo Técnico de Inexistência de Alternativa Locacional (80879517), bem como, em razão da constatação nas vistorias da existência no imóvel de uma área degradada, assim como, também em razão da modalidade de intervenção requerida, que também consta incluído ao Processo de um Projeto de Recomposição de Áreas Degradadas e Alteradas - PRADA e Proposta de Compensação por Intervenção em Área de Preservação Permanente - APP (80879513), todos os Estudos alicerçados por seu Termo de Responsabilidade Técnica - TRT Obra / Serviço N° CFT2202291325 (80879460).

O Processo ora em apreço foi instruído com a inclusão de documentos retificadores e complementares, sendo eles, o Requerimento Retificado (80879451), o PIA Retificado (106176910), Arquivos SHP das Vetorizações das Áreas de Intervenções Retificadas (80879459), protocolo de Realocação da Área de Reserva Legal (80879518), além do PRADA e da Proposta da Medida Compensatória Retificados (80879513), bem como, em atendimento ao Ofício IEF/URFBIO JEQ - NUREG nº. 93/2024 (91209623), de solicitação de Informações Complementares ao Processo 2100.01.0002239/2024-78, com a inclusão do PRADA – PARA A ÁREA COM PROCESSOS EROSIVOS E ÀS RECOMPOSIÇÕES EM APPS HÍDRICAS (101132596), além do Recibo de Inscrição do Imóvel Rural no CAR Retificado (101634909).

Todavia, suscitadas dúvidas quanto à regularidade de áreas antropizadas no imóvel e ao CAR Retificado em especial quanto a classificação da Cobertura do Solo do Imóvel, foi incluído ao Processo o Ofício IEF/URFBIO JEQ - NUREG nº. 196/2024 (102556952) contendo a solicitação de novas Informações Complementares cujo atendimento ocorreu através de Ofício (106176906) e documentação correlata.

Destaca-se, por fim que, em razão da existência de passivo ambiental no imóvel, em decorrência da supressão de vegetação nativa onde se instalou um processo erosivo, nas proximidades das coordenadas planas UTM|Datum Sirgas 2000|Fuso 23K|X: 637921 m E / Y:7937760 m S cuja extensão, mediante a utilização da Calculadora de Campo do QGIS é de 0,0694 hectares, com a inclusão ao Processo do PRADA Retificado (101132596) ficou demonstrado, conforme orienta o inciso II, do Art. 13, do Decreto Estadual N° 47.749/2019, cabível a aplicação do benefício da conversão de multa em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente.

2. OBJETIVO

O presente Parecer Único tem como objetivo analisar e deliberar quanto ao requerimento de intervenção ambiental retificador, à luz das Informações Complementares apresentadas e de seus documentos conexos, na modalidade "Intervenção sem supressão de cobertura vegetal nativa em áreas de preservação permanente - APP" em 0,96 hectares, com a finalidade de obtenção da Autorização para Intervenção Ambiental – AIA visando regularizar a implantação da atividade A-03-01-8 – Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil.

Objetiva também apresentar Parecer Conclusivo quanto às Medidas de Compensação em decorrência da Intervenção sem supressão de cobertura vegetal nativa em áreas de preservação permanente - APP, bem como, quanto às prescrições visando restaurar a área com processos erosivos e de recomposição das APPs Hídricas no imóvel, conforme prescrições e providências contidas no 1º PRADA apresentado (74319810), bem como em suas versões retificadas (80879513) e (101132596).

Objetiva ainda apresentar manifestação acerca do CAR e de sua respectiva Análise, efetivada através do Módulo de Análise do SICAR, em especial quanto a conformidade legal e ambiental da Área de Reserva Legal Averbada e Proposta.

Ressalta-se que segundo a Deliberação Normativa nº 217 de 2017, a atividade pretendida para regularização, em razão de sua tipologia e devido ao seu porte e potencial poluidor/degradador, além do critério locacional, para sua implantação, depende da prévia obtenção, junto ao órgão ambiental competente, do devido Certificado de LAS/RAS, sendo que para tanto, deverá ser observada a ADA do Empreendimento que, além dos 0,96 ha em APP, inclui também uma área de 0,21 ha fora dos limites da APP, área já antropizada e com uso consolidado.

3. CARACTERIZAÇÃO DO IMÓVEL/EMPREENHIMENTO

3.1 Imóvel rural:

O imóvel rural está na posse e na propriedade do Senhor Marcus Henrique Rabello de Oliveira Santos, denominado Fazenda Jambreiro; tem área total de 32,2499 ha (equivalente a 0,8618 módulos fiscais), dados em conformidade com sua Inscrição no CAR (101634909) e, desta forma, caracterizado como pequena propriedade rural. O imóvel está localizado no município de Datas/MG.

3.2 Cadastro Ambiental Rural:

- Número do registro: MG-3121001-4195.D426.B942.4B70.A2A9.4A99.356F.37A6
- Área total: 32,2499 ha;
- Área de reserva legal: 6,5083 ha (20,18%);
- Área de preservação permanente: 4,4847 ha;
- Área de Uso Restrito: 1,8503 ha.
- Qual a situação da área de reserva legal:
(X) A área está preservada: 6,5083 ha.
- () A área está em recuperação: não é o caso.
- () A área deverá ser recuperada: não é o caso.
- Formalização da reserva legal:
(X) Proposta no CAR (X) Averbada () Aprovada e não averbada
- Qual a modalidade da área de reserva legal:
(X) Dentro do próprio imóvel
- () Compensada em outro imóvel rural de mesma titularidade () Compensada em imóvel rural de outra titularidade
- Quantidade de fragmentos vegetacionais que compõe a área de reserva legal: 01.
- Parecer sobre o CAR:

O CAR foi analisado através do Módulo de Análise do SICAR, sendo que, após diversas retificações, em atendimento às Notificações emitidas, em sua terceira análise, **o Cadastro Ambiental Rural foi aprovado, inclusive quanto à delimitação da Área de Reserva Legal do imóvel.**

4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA

A intervenção ambiental requerida solicita AIA em caráter convencional, com a finalidade de implantação de Empreendimentos Minerário – Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil.

Foi incluído ao Processo o Projeto de Intervenção Ambiental - PIA Simplificado (106176910), tendo em vista que, conforme informado anteriormente, por se tratar de área já antropizada e consolidada, não haverá a necessidade de supressão de vegetação nativa, sendo que, desta forma, também não haverá aproveitamento e destinação de material lenhoso.

O PIA incluído ao Processo foi elaborado pelo Técnico em Meio Ambiente Gustavo Vinicius Silva Campos, CREA-MG nº 173417/D, TRT OBRA / SERVIÇO Nº CFT2202291325 (80879460).

Segundo informações do PIA, bem como, conforme diagnósticos prévios, de acordo com dados fornecidos pela IDE – SISEMA, o imóvel rural está inserido na Área de Aplicação da Lei da Mata Atlântica, porém, com toda a fitofisionomia de ocorrência representada por remanescentes de Cerrado Típico e Campo Rupestre, à exceção em Áreas de Preservação Permanente Hídricas com ocorrência de fitofisionomia florestal, típica de ocorrência nas chamadas Matas Ciliares e de Galeria.

Também, conforme diagnósticos prévios quanto a ocorrência de restrições ambientais constata-se que a topografia de ocorrência na Área Diretamente Afetada - ADA é predominantemente Plana, conforme Classes de Declividade – EMBRAPA / 1979 não havendo portanto, a ocorrência de Áreas de Preservação Permanente de Relevô.

Ainda conforme dados fornecidos pela IDE - Sisema (19/08/2022 - Camada Hidrografia) verifica-se que há na propriedade, na sua divisa ao sul, a ocorrência de um curso d'água denominado Rio Paraúna.

4.1 PIA com Inventário Florestal:

Não é o caso.

4.2 Espécies ameaçadas de extinção ou imunes de corte:

Não é o caso.

4.3 Relatório de Fauna:

Para a caracterização da fauna o PIA usou como base, dados secundários obtidos por meio de compilação de informações levantadas em várias publicações especializadas e, principalmente com base em referências bibliográficas de trabalhos já realizados na região do Empreendimento Minerário, em especial o inventariamento da fauna realizado em duas campanhas sazonais, relativos ao Empreendimento **PCH Quartel I, II e III que tem sua localização no Rio Paraúna, no município de Gouveia, em Minas Gerais**, com as características fisiografias semelhantes às do Empreendimento.

Invertebrados:

O inventariamento realizado na área de influência da **PCH Quartel I, II e III**, destacou as presenças de aracnídeos como o escorpião-amarelo ("*Tityus serrulatus*"), a aranha caranguejeira ("*Lasiodorakluguei*"), a aranha armadeira ("*Phoneutria bahiensis*"), o escorpião-listado ("*Tityus affcostatus*") e tarântula ("*Lycosa*" SP), além de insetos, quilópodos e moluscos.

Avifauna:

As espécies com hábitos essencialmente campestres encontram melhores condições de habitats nas áreas das chapadas, onde os campos cerrados são mais ocorrentes, sendo registradas nesse ambiente, dentre outras espécies, o quero-quero (*Vanellus chilensis*), o risadinha (*Camptostoma obsoletum*), o joão-de-barro (*Furnarius rufus*), o pica-pau-do-campo (*Colaptes campestris*) e o tico-tico (*Zonotrichia capensis*).

No mosaico formado pelos campos cerrados e campos rupestres, ocorre uma grande quantidade de plantas melíferas, que são visitadas por espécies de aves nectarívoras, como, o beija-flor-de-canto (*Colibri serrirostris*), o beija-flor-de-garganta-verde (*Thalurania furcata*), o tesourão (*Eupetomena macroura*) e o besourinho-de-bico-vermelho (*Chlorostilbon aureoventris*).

Mastofauna:

O Inventariamento da Mastofauna realizado na área de influência **PCH Quartel I, II e III, no rio Paraúna, no município de Gouveia, em Minas Gerais** como referência para a área do Empreendimento nas duas campanhas de campo para levantamento da mastofauna, principalmente por meio do registro de vestígios de ocorrência, tendo em vista a dificuldade no registro de animais do grupo, foram registradas 9 espécies.

Das nove espécies registradas, duas possuem hábitos aquáticos, a capivara (*Hydrochaeris hydrochaeris*) e a lontra (*Lontra longicaudis*), registradas através de rastros junto as margens do Rio Paraúna.

O mão-pelada (*Procyon cancrivorus*) não possui hábitos aquáticos, porém, está estreitamente ligado às margens de rios, onde encontra suas principais fontes de alimento, compostas por crustáceos e anfíbios, dentre outros.

A onça-parda (*Puma concolor*), foi registrada no trecho de vazão reduzida da PCH Quartel I, através de rastros em um banco de areia, junto às margens do rio Paraúna. Porém, tendo em vista a extensão de sua área de vida, provavelmente frequente a área da PCH Quartel III também.

Ictiofauna:

Durante as duas campanhas de campo realizadas, foram registradas 15 espécies de peixes distribuídas em 10 gêneros e 9 famílias e 3 ordens. Esta riqueza foi alcançada através da captura de 187 indivíduos. A diversidade de espécies apresentou-se baixa em relação ao número de espécies catalogadas para a bacia do rio São Francisco. Todas as espécies capturadas no rio Paraúna, área das PCH's Quartel I, Quartel II e Quartel III já foram registradas nesta bacia hidrográfica.

O pequeno número de indivíduos e de espécies registradas no rio Paraúna, área das PCH's Quartel I, Quartel II e Quartel III, principalmente quando se analisa os pontos de amostragem a montante da PCH Paraúna, provavelmente pode ser atribuído à barreira física natural imposta ao deslocamento ascendente dos peixes causado pela cachoeira presente nesta PCH. Outro fator que pode ter contribuído para a baixa diversidade de espécies obtida é relativo ao esforço amostral utilizado, que foi de apenas duas campanhas no período de seca.

4.4 Taxas:

No ato do protocolo do Processo foram incluídos ao Processo as seguintes Taxas, além de seus comprovantes de quitação:

-Taxa de Expediente - Área Convencional (0,96 ha):

- Valor Calculado: R\$ 813,07
- DAE nº 1401320621465 (80879514)
- Valor Quitado: R\$ 775,68, com pagamento efetuado em 14/11/2023.
- DAE nº 1401330351339 (80879515)
- Valor Quitado: R\$ 38,00, com pagamento efetuado em 23/01/2024.

Valor Total Quitado: R\$ 775,68 + R\$ 38,00 = R\$ 813,68.

4.5 Número do recibo do projeto cadastrado no Sinaflor: Não é o caso.

4.6 Número do Pátio no DOF+ Homologado: Não é o caso.

5. DAS EVENTUAIS RESTRIÇÕES AMBIENTAIS:

De acordo com a Infraestrutura de Dados Espaciais do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IDE - Sisema), o imóvel está inserido nas abrangências do Bioma Mata Atlântica e possui sua vegetação nativa composta por fitofisionomia de Cerrado Sentido Restrito e Campo rupestre.

Através da IDE – SISEMA também foram apurados os seguintes atributos ambientais do imóvel rural:

- Vulnerabilidade natural: Alta;
- Prioridade para conservação da flora: Muito alta;
- Áreas Prioritárias para Conservação (Biodiversitas): Áreas prioritárias para conservação da biodiversidade - Especial;
- Unidade de conservação: Não se aplica;
- Reserva da Biosfera (IEF/MMA/UNESCO): Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço - Amortecimento;
- Áreas indígenas ou quilombolas: Não se aplica;
- Bioma: Mata Atlântica, conforme a Camada Área de aplicação da Lei da Mata Atlântica (11.428/2006);
- Hidrografia: Ocorre no imóvel uma área com ocorrência de nascentes difusas e, ao longo de sua divisa ao Sul, do Rio Paraúna, conforme a Camada Ottotrechos da bacia hidrográfica do Rio São Francisco;
- Mapa de Declividade em % (INPE/TOPODATA), há a ocorrência na ADA de áreas com declividade Plano (até 3%) e Suave – ondulado (entre 3 e 8%). Já no imóvel, ocorrem ainda áreas com declividade Forte-ondulado (entre 20 e 45%) e Montanhoso (entre 45 e 75%);
- Potencialidade de ocorrência de cavidades: Médio.

5.1 Características socioeconômicas e licenciamento do imóvel:

- Atividades desenvolvidas: Silvicultura;
- Atividades licenciadas: Não há;
- Classe do empreendimento: 2;
- Critério locacional: 1;
- Modalidade de licenciamento: LAS/RAS.

5.2 Vistoria realizada: Conforme Relatório Técnico nº 27/IEF/URFBIO JEQ - NUREG/2024 (90857376):

Visando estabelecer uma compreensão da demanda ora em apreço, em especial quanto à forma pela qual o presente Relatório Técnico de Vistoria Remota foi construído, há que se descrever um histórico e o contexto em que ela se insere.

O Requerente acima qualificado peticionou junto ao IEF – URFBio Jequitinhonha um Processo SEI de Intervenção Ambiental Nº 2100.01.0058304/2022-14 (57897505), vistoriado de forma presencial e que culminou com o Relatório Técnico nº 26/IEF/URFBIO JEQ - NUREG/2023 (65718064) que, em razão de seus registros suscitou a inclusão ao Processo do Ofício IEF/URFBIO JEQ - NUREG nº. 80/2023 (66137574), de Solicitação de Informações Complementares.

Ressalta-se que o Processo SEI acima informado foi Arquivado em virtude do não atendimento integral das Informações Complementares e de forma tempestiva, conforme detalham o Despacho nº 214/2023/IEF/NUREG Jequitinhonha (75560700) e o Ofício IEF/NAR SERRO nº. 47/2023 (75666128), devidamente incluídos ao Processo.

Ainda no contexto da presente demanda, em decorrência do Arquivamento acima citado, o Requerente peticionou o presente Processo SEI de Intervenção Ambiental Nº 2100.01.0002239/2024-78 (80879451) para o qual foi incluído o Despacho de Aceite em 24/01/2024 (80902913).

Desta forma, cumpre esclarecer, dada a inter-relação entre as demandas que o Processo em referência está relacionado no SEI ao Processo de Intervenção Ambiental Nº 2100.01.0058304/2022-14, sendo que, a Regularização Ambiental do imóvel em questão, em especial quanto à conformidade técnica e legal de sua ARL, seja junto a Matrícula do imóvel, bem como, em seu Cadastro Ambiental Rural – CAR, precede à continuidade das análises do presente Processo de Intervenção Ambiental.

Vale ressaltar que no Processo de Intervenção Arquivado o imóvel rural foi vistoriado de forma presencial em 19/04/2023, tendo sido visitadas todas as áreas de interesse, sendo que, à partir de dados coletados em campo, em especial quanto à produção de registros fotográficos e a captura de coordenadas geográficas de referência, foi possível consolidar, já em trabalhos de escritório, o Relatório Técnico da Vistoria daquele Processo de Intervenção.

Os fatos acima narrados, conforme orienta o artigo 24 da Resolução Conjunta SEMAD/IEF Nº 3.102/2021, alterada pela Resolução Conjunta SEMAD/IEF Nº 3.162/2022, justifica a realização remota da presente Vistoria Técnica, tendo em vista a disponibilidade de imagens de satélite e de geotecnologias para tal, conforme o disposto na Nota Técnica 1 incluída ao Processo ora em análise (82741604).

Por todo o acima exposto, cumpre esclarecer que a consolidação do presente Relatório Técnico, sempre que necessário recorreu a documentos cartoriais e de mapeamentos físicos e digitais incluídos a todos os Processos Administrativos acima citados.

No dia 21 de junho de 2024, às 15h00, iniciou-se vistoria técnica remota a que se refere o imóvel denominado "**Fazenda Jambreiro**", de propriedade do **Sr. Marcus Henrique Rabelo de Oliveira Santos**, localizada no município de **Datas/MG**.

Adentrando na Vistoria Técnica Remota propriamente dita, mais uma vez lançando mão dos arquivos vetoriais incluídos aos Processos, alicerçados por sua ART, cumpre informar que a mesma foi realizada à partir de imagem de satélite CBERS 4A WPM, datada de 08/03/2023; Modelo de Elevação – SRTM Open Topography; Banco de Dados IDE – SISEMA e FIP-CAR tratados através da geotecnologia – Plataforma QGIS.

De acordo com consulta feita à Infraestrutura de Dados Espaciais do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IDE-SISEMA), a propriedade está inserida nas abrangências do bioma **Mata Atlântica**, conforme mapa de aplicação da Lei nº 11.428/2006, possuindo vegetação com **fitofisionomias predominantes de Cerrado Típico e Campo Rupestre**.

O requerente solicita "**intervenção em Área de Preservação Permanente – APP – sem supressão de cobertura vegetal nativa**" em área de **0,96 hectares (ha)** com o objetivo de concessão de Autorização para Intervenção Ambiental – AIA para implantação de empreendimento minerário para extração de areia. Segundo a DN COPAM 217/2017, a atividade está inserida no código **A-03-01-8 (extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil)**, sendo que, devido ao seu porte e potencial poluidor/degradador, além do Critério Locacional é passível de licenciamento ambiental na modalidade LAS/RAS.

A vistoria remota foi realizada pelo servidor do Instituto Estadual de Florestas, Analista Ambiental **Silvio Henrique Cruz de Vilhena**.

A vistoria remota na área requerida para intervenção ambiental foi realizada mediante a utilização de imagem de satélite CBERS 4A WPM, datada de 08/03/2023, com pixels de 8,0 metros de resolução, obtida à partir do Catálogo de Imagens do INPE, com a Composição das Bandas Monocromáticas de interesse realizada através do software QGIS onde verificou-se, mediante a sobreposição das Camadas Vetoriais incluídas ao Processo na forma de Arquivos Shapefile (80879459), respaldado pela Anotação de Responsabilidade Técnica - ART (80879460) emitida pelo Técnico Responsável pelo Projeto de Intervenção Ambiental - PIA (80879461) que a área requerida para obtenção da Autorização Para Intervenção Ambiental - AIA está inserida na Área de Preservação Permanente Hídrica - APP Hídrica, em sua faixa marginal na margem direita do Rio Paraúna, bem como, parte dela, na APP Hídrica ao redor de uma área de ocorrência de nascentes difusas, localizada nas proximidades do ponto de coordenadas planas UTM|Datum Sirgas 2000|Fuso 23K|X: 638117 m E/ Y: 7937586 m S, sendo que, mediante a adoção de técnicas de fotointerpretação constata-se que tais áreas encontram-se desprovidas de vegetação nativa, sendo composta por solo exposto e gramíneas exóticas, conforme demonstra a **Imagem 1** abaixo.

Ressalta-se que, mediante a adoção da ferramenta de medição do QGIS, conforme **Imagens 2** abaixo, as faixas de APP Hídricas foram aferidas, ambas com 50,0 metros de largura estando, portanto, em conformidade com a Legislação Ambiental vigente, tendo em vista que o Rio Paraúna nas imediações da área de implantação do Empreendimento apresenta largura de 10 a 50 metros, medidas a partir da borda da calha do seu leito regular (inciso I, do artigo 9º, da Lei Estadual N° 20.922/2013).

Verificou-se ainda que parte da área para implantação do empreendimento minerário está fora da APP Hídrica do Rio Paraúna, também desprovida de vegetação nativa, sendo composta por solo exposto e gramíneas exóticas e, desta forma, dispensada nesta área da prévia obtenção da AIA, bem como da adoção de Medida Compensatória.

A extensão das áreas de implantação do empreendimento foram aferidas mediante a utilização da Calculadora de Campo do QGIS, sendo que a área contida nas APPs - Hídricas totalizam 0,9601 hectares e aquela, localizada fora das APPs apresenta uma área de 0,2130 hectares, que deverá ser observada quando da obtenção da LAS/RAS junto ao órgão ambiental competente, conforme **Imagem 3** abaixo.

Prossiguiu-se a vistoria remota com foco na área proposta para compensação na área requerida para intervenção em APP. Verificou-se, mediante a interpretação da Camada *ide_1405_mg_areas_nat_uso_antrop_mapbiomas_col8_2022*, conforme **Imagens 4 e 5** que, diferentemente da área proposta do Processo de Intervenção Arquivado que a faixa de APP no interior do imóvel localizada entre as coordenadas planas de referência UTM|Datum Sirgas 2000|Fuso 23K|X: 637878 m E/ Y: 7937369 m S e X: 637803 m E/ Y: 7937426 m S proposta para a implantação da Medida Compensatória por intervenção em APP é mais propícia à compensação, tendo em vista que esta área encontra-se com maior grau de degradação devido a presença de solo exposto, gramíneas exóticas além de pouca evidência da instalação de processos de regeneração natural.

A extensão da área proposta para implantação da Medida Compensatória, conforme Calculadora de Campo do QGIS é de 01,2246 hectares estando, portanto, em conformidade com aquilo o que orienta o artigo 75, do Decreto Estadual N° 47.749/2019.

O Relatório Técnico nº 26/IEF/URFBIO JEQ - NUREG/2023 elaborado à partir da vistoria presencial a que se refere o Processo SEI de Intervenção Ambiental N° 2100.01.0058304/2022-14 Arquivado registra que no imóvel haveria a presença de APPs de Relevô, de topo de morro nas coordenadas planas UTM|Datum Sirgas 2000|Fuso 23K| X: 637932 m E / Y: 7937665 m S) e de encosta e borda de chapada, nas imediações da face leste do imóvel.

Porém, mediante o emprego da imagem de satélite e de Modelo de Elevação – SRTM Open Topography, construiu-se através do QGIS, para toda a área do imóvel Camadas Raster de Declividade em Graus e em Porcentagem, além de Camada Vetorial de Curvas de Nível pelas quais pode-se constatar, mediante varredura por toda a área, conforme demonstra a **Imagem 6**, que só se verificou a partir do MDE, pixel com inclinação máxima de 29,599339°, bem como, conforme as Curvas de Nível geradas pelo QGIS elevações com no máximo 90 metros de altura, fatos que descartam a ocorrência de APPs de Relevô no imóvel, mas, tão somente as presenças de Áreas de Uso Restrito (áreas com inclinações entre 25° e 45°), constatações ratificadas pela interpretação das Camadas Raster *CAR - Áreas de uso restrito na URFBio Jequitinhonha, FIP-CAR - Relevô - APP de declividade (OS11) e FIP-CAR - Relevô - APP de topo de morro (OS11)*, conforme **Imagem 7** abaixo.

A vistoria remota foi direcionada para a Área de Reserva Legal Proposta para Relocação a que se refere o Processo de Requerimento de Regularização de Reserva Legal N° 2100.01.0034701/2023-02 peticionado pelo proprietário do imóvel, para o qual já foram elaborados os respectivos Relatório Técnico de Vistoria (90694646) e Parecer Técnico (90772332) que opinam pelo deferimento da relocação, tendo em vista que, conforme pode ser constatado em imagem de satélite que a área encontra-se integralmente contida no imóvel rural; conservada e recoberta por vegetação nativa, sendo a fitofisionomia predominante caracterizada como Campo e Campo Cerrado; conectividade com remanescentes de vegetação nativa no interior do imóvel e em imóveis vizinhos; ausência em seu cômputo de APP de Relevô, Relocação cujo o Laudo e Parecer Técnico conclui pela ocorrência de Ganho Ambiental, conforme demonstra a **Imagem 8** abaixo.

Ainda conforme a imagem de satélite e a adoção de técnicas de fotointerpretação verifica-se que a maior parte do imóvel é composta por vegetação nativa. Verifica-se ainda a ocorrência de mata de galeria associada a curso d'água. Além da cobertura vegetal nativa há um pequeno plantio de eucalipto ressaltada em vermelho vivo na Camada Raster - Composição Colorida Falsa Cor e uma infraestrutura de alvenaria antiga, com vestígios de quintal, conforme **Imagem 9**.

Verificou-se ainda, de forma remota, conforme **Imagem 10**, a presença de uma área com processos erosivos próxima a estrutura de alvenaria, nas imediações das coordenadas planas UTM|Datum Sirgas 2000|Fuso 23K|X: 637921 m E / Y: 7937760 m S cuja extensão, mediante a utilização da Calculadora de Campo do QGIS de 0,0694 hectares, área esta que deverá ser restaurada mediante a instalação de um PRADA.

Sem mais observações relevantes, a vistoria remota foi finalizada por volta das 18h00 do dia 24/06/2024

5.2.1 Características físicas:

- Topografia: Relevô plano a montanhoso.
- Solos: CXbd13 - CAMBISSOLO HÁPLICO distrófico típico A moderado textura siltosa/argilosa, pedregoso/não pedregoso + NEOSSOLO LITÓLICO distrófico típico Amoderado; ambos fase campo cerrado, relevô ondulado.
- Hidrografia: Há no imóvel uma área com ocorrência de nascentes difusas e, ao longo de sua divisa ao sul, o Rio Paraúna, pertencentes a Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

5.2.2 Características biológicas:**- Vegetação:**

A propriedade em questão está inserida dentro dos limites do bioma Mata Atlântica conforme a Camada da IDE - SISEMA Área de aplicação da Lei da Mata Atlântica (11.428/2006).

A caracterização da cobertura vegetal, na área do empreendimento, foi realizada com base em observações em campo e em levantamentos secundários. Observa-se na Área Diretamente Afetada as formações nativas de Campo-Cerrado e Mata Subcaducifólia; e as Formações Antrópicas de Capoeira, Reflorestamento, Áreas em Regeneração Natural.

- Fauna:

Para a caracterização da fauna o PIA usou como base, dados secundários obtidos por meio de compilação de informações levantadas em várias publicações especializadas e, principalmente com base em referências bibliográficas de trabalhos já realizados na região do Empreendimento Mineral, em especial o inventariamento da fauna realizado em duas campanhas sazonais, relativos ao Empreendimento **PCH Quartel I, II e III que tem sua localização no Rio Paraúna, no município de Gouveia, em Minas Gerais**, com as características fisiografias semelhantes às do Empreendimento, tendo sido levantadas as presenças de espécies dos seguintes grupos faunísticos: Herpetofauna, Invertebrados, Avifauna, Mastofauna e Ictiofauna.

6. ANÁLISE TÉCNICA**6.1 Reserva Legal**

Para análise da adequação da área de Reserva Legal Proposta à legislação ambiental vigente, utilizou-se o mapa do imóvel, arquivos shapefile, Cadastro Ambiental Rural, constatações em vistoria e informações complementares apresentadas, além de imagens de satélite atualizadas "por fora" daquelas disponibilizadas pelo SICAR, no caso imagens CBERS 4A WPM - 2023 (pixels com resolução de 8 metros) e mosaico de imagens Google Earth PRO - 2024.

Em relação ao necessário para análise da Área de Reserva Legal, após a apresentação da documentação solicitada e com base na vistoria realizada, constata-se que a delimitação da área de Reserva Legal do imóvel encontra-se regular e ambientalmente adequada, conforme orienta o disposto no Artigo 26, caput e seus incisos, em especial quanto ao disposto em seu inciso III, da Lei Estadual N° 20.922/2013, sendo que, efetivada a Retificação do CAR e, em 3ª Análise através do Módulo de Análise do SICAR verifica-se que as inconsistências verificadas nas 1ª e 2ª Análises foram sanadas, conforme demonstram o CAR-RELATÓRIO TÉCNICO e o CAR-PARECER TÉCNICO.

Desta forma, aprova-se o CAR, em especial quanto a localização da Área de Reserva Legal.

6.2 Áreas de preservação permanente

As Áreas de Preservação Permanente de ocorrência no imóvel são hídricas, representadas pelo raio de 50,0 metros ao redor de uma área com ocorrência de nascentes difusas e em faixa marginal de 50,0 metros de largura ao longo da margem direita do Rio Paraúna.

6.3 Áreas abandonadas ou sub-utilizadas

No imóvel não foram constatadas áreas abandonadas ou sub-utilizadas.

6.4 Intervenção Ambiental

Trata-se de requerimento para intervenção ambiental na modalidade "Intervenção sem supressão de cobertura vegetal nativa em áreas de preservação permanente – APP", com a finalidade de implantação da atividade A-03-01-8 - Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil.

Conforme o Requerimento e o PIA em suas versões retificadas, a área requerida para intervenção é de 0,96 hectares na Modalidade Convencional.

Considerando que foi incluído ao Processo o devido Projeto de Intervenção Ambiental - PIA Retificado (106176910) contendo as informações conforme Termo de Referência disponível no sítio eletrônico do Instituto Estadual de Florestas para a Intervenção sem supressão de cobertura vegetal nativa em áreas de preservação permanente – APP com extensão de 0,96 hectares para a implantação de atividade minerária.

Considerando que foi incluído ao Processo de Intervenção o devido Projeto de Recomposição de Áreas Degradadas - PRADA e Propostas de Compensação Por Intervenções Ambientais em Área de Preservação Permanente - APP (80879513).

Considerando que foi incluído ao Processo de Intervenção o devido Projeto de Recomposição de Áreas Degradadas - PRADA Para a Área com Processos Erosivos e às Recomposições em APPs Hídricas (101132596).

Considerando que foi incluído ao Processo de Intervenção a documentação necessária de comprovação do Direito Mineral (80879524).

Considerando que foi incluído ao Processo de Intervenção o devido Estudos Técnicos de Inexistência de Alternativa Locacional (80879517).

Considerando que a documentação comprobatória está em acordo com a Resolução conjunta SEMAD/IEF nº 3.102/2021 alterada pela Resolução conjunta SEMAD/IEF nº 3.162/2022 e artigo 3º do Decreto nº 47.749/2019.

Considerando que não foram observadas no imóvel áreas abandonadas ou não efetivamente utilizadas.

Considerando que no ato da formalização do requerimento de intervenção ambiental foi recolhida a Taxa de Expediente (com base no inciso II do artigo 3º do Decreto nº 47.577/2018).

Considerando que foi realizada vistoria técnica in loco e remota, discutida no Item 5.2, sendo que todas as áreas da propriedade foram visitadas.

Considerando que foram encaminhados Ofícios de Informações Complementares, sendo que os mesmos foram atendidos nos prazos estipulados para seu atendimento, conforme artigo 19º do Decreto Estadual nº 47.749/2019.

Considerando que a solicitação está em acordo com a legislação vigente, não havendo situações em que a autorização seja vedada, como citado no artigo 38 do Decreto nº 47.749/2019.

Considerando todas as observações técnicas realizadas *in loco*, a documentação comprobatória e os estudos ambientais apresentados e o acima exposto, **conclui-se que não há impedimentos para a concessão do AIA para implantação do empreendimento.**

6.5 Projeto de Recomposição de Áreas Degradadas - PRADA e Propostas de Compensação Por Intervenções Ambientais em Área de Preservação Permanente - APP (80879513)

Conforme se verifica no Estudo seu objetivo primordial visa o cumprimento da Compensação por Intervenção em Área de Preservação Permanente - APP em decorrência das atividade minerárias pretendidas para regularização.

O PRADA tem por objetivo a restauração de uma área de APP, localizada no interior do imóvel, visando compensar as intervenções pretendidas para regularização e que ocorrerão em 0,96 hectares em área de preservação permanente e 0,21 hectares fora da área de preservação permanente sem supressão de vegetação em área já antropizada e consolidada, ambos localizados as margens do Rio Paraúna na Fazendas Jambreiro, município de Datas no estado de Minas Gerais.

Desta forma, a título de compensação pelo uso da Área de Preservação Permanente pretendida na Fazenda Jambreiro o estudo apresenta as prescrições técnicas necessárias para a restauração de uma área de 1,224 ha em área de preservação permanente na mesma propriedade para fins de promoção da regeneração natural, conforme glebas constantes dos mapeamentos contidos no PRADA, área localizada nas proximidades das coordenadas planas UTM|Datum Sirgas 2000|Fuso 23K|X: 637878 m E /Y: 7937369 m S e X: 637803 m E /Y: 7937426 m S.

A condição do uso do solo na área de instalação do PRADA, carente de regeneração da vegetação nativa, é facilmente comprovada mediante a avaliação de imagens de satélite recentes e de alta resolução (mosaico de imagens Landsat - Google Earth PRO - 2024 e imagens CBERS 4A - WPM - 2023).

As estratégias de recomposição previstas no Projeto foram estabelecidas à partir da Plataforma WebAmbiente que resultou na indicação de vastas prescrições técnicas de restauração, notadamente consagradas pela Ciência Florestal.

Assim, alicerçado por sua Anotação de Responsabilidade Técnica, verifica-se que através do Projeto serão empregadas diferentes técnicas que foram definidas a partir da avaliação das condições locais o que, certamente, facilitará o sucesso da total recuperação e restauração da área.

O Projeto prevê ainda um Cronograma de Execução, compatível com as prescrições previstas para sua implantação, além da descrição da Metodologia de Avaliação dos Resultados, que prevê a realização de vistorias semestrais na área, por um período mínimo de 3 (três) anos após implementação do PRADA, com o objetivo de avaliar o cumprimento das metas do projeto.

Os pontos a serem monitorados visando acompanhar a implantação e desenvolvimentos do programa de recomposição são os seguintes:

- Adaptação das espécies;
- Invasão de animais de pastoreio;
- Proteção contra incêndios florestais;
- Ataque de formigas;
- Mortalidade das mudas;
- Ocorrência de doenças;
- Deficiência nutricional;
- Regeneração natural;
- Tratos culturais aplicados;
- Presença de animais silvestre;
- Conservação de cercas e aceiros.

Desta forma, por todo o acima exposto, **aprova-se o Projeto de Recomposição de Áreas Degradadas - PRADA e Propostas de Compensação Por Intervenções Ambientais em Área de Preservação Permanente - APP proposto.**

6.6 Projeto de Recomposição de Áreas Degradadas - PRADA Para a Área com Processos Erosivos e às Recomposições em APPs Hídricas (101132596)

Conforme se verifica no Estudo seu objetivo primordial visa alcançar a Recuperação de Passivo Ambiental em área comum, bem como a Recuperação das APPs Hídricas localizadas ao longo da divisa sul do imóvel rural denominado Fazenda Jambreiro.

A área com processos erosivos, constituindo, portanto, um Passivo Ambiental do imóvel, está localizada próxima a uma estrutura de alvenaria nas imediações das coordenadas planas UTM|Datum Sirgas 2000|Fuso 23K|X: 637921 m E /Y: 7937760 m S, área de fitofisionomia de campo, com extensão de aproximadamente 696 m².

Já as APPs Hídricas formadas pela área marginal do Rio Paraúna e ao redor de uma área com ocorrência de nascentes difusas estão localizadas ao longo da divisa sul do imóvel rural denominado Fazenda Jambreiro.

As estratégias de recuperação das áreas acima detalhadas previstas no Projeto se apresentam na forma de vastas prescrições técnicas de restauração, notadamente consagradas pela Ciência Florestal.

Assim, alicerçado por sua Anotação de Responsabilidade Técnica, verifica-se que através do Projeto serão empregadas diferentes técnicas que foram definidas a partir da avaliação das condições locais o que, certamente, facilitará o sucesso da total recuperação e restauração das áreas.

O Projeto prevê ainda um Cronograma de Execução, compatível com as prescrições previstas para sua implantação, além da descrição da Metodologia de Avaliação dos Resultados, que prevê a realização de vistorias semestrais na área, por um período mínimo de 3 (três) anos após implementação do PRADA, com o objetivo de avaliar o cumprimento das metas do projeto.

Os pontos a serem monitorados visando acompanhar a implantação e desenvolvimentos do programa de recomposição são os seguintes:

- Adaptação das espécies;
- Invasão de animais de pastoreio;
- Proteção contra incêndios florestais;
- Ataque de formigas;
- Mortalidade das mudas;
- Ocorrência de doenças;
- Deficiência nutricional;
- Regeneração natural;
- Tratos culturais aplicados;
- Presença de animais silvestre;
- Conservação de cercas e aceiros.

Desta forma, por todo o acima exposto, **aprova-se o Projeto de Recomposição de Áreas Degradadas - PRADA Para a Área com Processos Erosivos e às Recomposições em APPs Hídricas proposto.**

6.7 Áreas abandonadas ou sub-utilizadas

No imóvel não foram constatadas áreas abandonadas ou sub-utilizadas.

6.8 Possíveis impactos ambientais e medidas mitigadoras:

Tendo em vista a abrangência da Análise dos Impactos Ambientais Gerados e das Ações Propostas, Programas, Planos, Medidas Mitigadora e Compensatórias propostas, reproduzo abaixo tais análises, na forma como se apresentam no item 8 do PIA:

AVALIAÇÃO DE IMPACTOS AMBIENTAIS DECORRENTES DO EMPREENDIMENTO / AÇÕES PROPOSTAS, PROGRAMAS, PLANOS, MEDIDAS MITIGADORAS E COMPENSATÓRIAS	
GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA Apesar da atividade não empregar um número elevado de pessoas, é inegável a importância regional da atividade de extração de areia, tanto na geração de empregos diretos ou se considerarmos seu efeito multiplicador em empregos indiretos, uma vez que a disponibilidade do bem mineral envolve em sua cadeia produtiva uma logística complexa dependente de profissionais e técnicos especializados em várias áreas de atuação dentre eles mecânicos, motoristas, metalúrgicos, engenheiros, contadores, advogados e etc.	AUMENTO DA ABRECAÇÃO DE RIBEIROS O funcionamento da empresa proporciona um incremento na arrecadação de impostos no município principalmente, mas por outro lado, o Estado e a União também serão beneficiados uma vez que na cadeia produtiva incidem vários impostos nesses diversos níveis. Novos empregos serão gerados na contratação de mão de obra especializada para elaboração dos diversos itens do empreendimento. Estas contratações acarretam no aumento da renda local e geração de tributos, que aumente a qualidade de vida da comunidade envolvida.
RISCO A SAÚDE Uso de equipamentos de proteção individual (EPI) de acordo com o tipo de serviço realizado, sinalização de orientação aos usuários, restrição de acesso às áreas que oferecem riscos, aplicação de treinamento e conscientização dos trabalhadores para a prevenção de acidentes e atendimento de primeiros socorros quando necessário; para a operação de máquinas e equipamentos, todas as medidas de segurança devem ser tomadas para proteção aos trabalhadores, e as máquinas devem ser utilizadas sempre em boas condições.	ALTERAÇÃO DO TRÁFEGO LOCAL Orientar as empresas/terceiros que prestam serviços com veículos e máquinas pesadas, quanto ao tráfego obedecendo às leis de trânsito vigentes; e quanto à manutenção das máquinas, equipamentos e caminhões, manter os níveis de poluição atmosférica e ruídos, de acordo com o estabelecido com a legislação vigente, bem como a instalação de placas para controle de velocidade e alerta quanto ao tráfego de veículos pesados na entrada e saída do terreno onde será instalado o empreendimento. Ressalta-se informa que o sistema previsto é insustentável levando em consideração a produção efetiva do empreendimento. Referentes aos possíveis impactos meio socioeconômicos decorrentes da instalação e operação do empreendimento não haverá dificuldade de relacionamento com a população do entorno e também não há conflitos de uso dos recursos naturais, como pode ser observado em vistoria in loco, por se tratar de abundância do bem mineral que é areia e também da disponibilidade hídrica do rio Paranaíba. Ressalta-se também que a comunidade tem acesso ao empreendimento sempre que houver a necessidade, bem como os funcionários que trabalham no mesmo é do local.
MEIO FÍSICO	
ALTERAÇÃO NA CALHA DO CURSO DE ÁGUA A única forma de minimizar esse impacto será com o correto manejo das atividades nestas áreas, não permitindo a alteração descontrolada do solo em áreas desnecessárias próximas ao leito do corpo hídrico. Outra medida se dará através da recuperação dessas áreas afetadas, evitando os processos erosivos. Execução da dragagem da polpa mineral no leito do rio respeitando uma distância de segurança para que não haja desbaratamento de suas margens. A fim de não causar impactos relativos à alteração do leito original do curso de água para a atividade de exploração por dragagem, o empreendedor prevê a frequente	INSTABILIDADE DAS MARGENS E TALUDES DO CURSO DE ÁGUA Visando conferir estabilidade às margens do manancial hídrico a vegetação natural ali existente deve ser mantida, seja ela constituída de gramíneas ou herbáceas, cabendo ao operador da draga o correto posicionamento dos equipamentos de sucção e, portanto, nunca voltados para a base dos taludes do rio. Isso evita a queda dos barrancos; o carreamento de parcelas de solo e consequentemente danos à vegetação ribeirinha. O operador deve ainda trabalhar a uma distância de segurança para que não haja desbaratamento da margem provocado pelo aprofundamento da calha do rio pelo “chupão”.
EMISSIONES ATMOSFÉRICAS PROVENIENTES DOS EQUIPAMENTOS UTILIZADOS (TRATORES, CAMINHÕES, ETC.) Para minimizar tais impactos será praxe na empresa a realização de manutenções/revisões preventivas e periódicas para cada equipamento. Manutenção trimestral dos equipamentos dotados de motores a diesel. Principalmente (troca do filtro de ar e de óleo). Inspeção diária dos veículos e máquinas movidas a diesel.	Controle de velocidade dos caminhões na estrada de terra, a qual deve ser constante e de no máximo 20 km/h, evitando movimentos de aceleração e desaceleração que emitem poeira; Definição de limites de velocidade de veículos nas vias de tráfego Implantação de Placas com limites de velocidade limite será de 20 km/h RUIDOS GERADOS POR VEÍCULOS E OUTROS EQUIPAMENTOS A emissão de ruído pelos equipamentos irá obedecer aos níveis estabelecidos no PROCONVE, com a manutenção controlada. Os operários irão fazer uso de equipamentos de proteção individual (EPI), abafadores de ruídos, além disso, será feito periodicamente uma medição do nível de ruído na área da mina para certificar que não sejam ultrapassados os níveis permitidos em lei. Os funcionários deverão ser os mais afetados pelos ruídos das máquinas e equipamentos utilizados na área do empreendimento. Desta forma, devem se valer de Equipamentos de Proteção Individual – EPIs, especialmente os protetores auriculares e óculos. Outros pontos importantes devem ser observados nesse programa de forma a minimizar possíveis transtornos: Preferência nos períodos entre 08:00 e 17:00 horas para o escoamento da produção; Proibição do uso de buzinas de ré no período noturno; Desligamento dos caminhões durante a espera para carregamento e durante a emissão da nota fiscal antes da saída da propriedade; Manutenção periódica de todos os equipamentos utilizados na área do empreendimento, evitando ruídos fora das especificações técnicas; Conserto de eventual inconformidade, objetivando a correção de eventuais problemas.
REDUÇÃO DE O2 DISSOLVIDO NA ÁGUA POR REVOLVIMENTO DA MATÉRIA ORGÂNICA NA ZONA ANAERÓBIA O empreendedor prevê a frequente movimentação da baía durante a dragagem espalhando e distribuindo melhor a camada de cascalho sucionada. Manutenção periódica das bacias de decantação. Proceder semestralmente análise da água nos parâmetros: cor, turbidez, sólidos em suspensão, materiais sedimentáveis e óleos e graxas, devendo ser realizadas duas coletas, sendo uma 20m a montante do ponto inicial de intervenção e outra imediatamente a	Justante do ponto final de intervenção. Os resultados obtidos deverão ser comparados com as especificações da DN COPAM/CEIRMA nº 01/2008 e elaborado relatório discursivo devendo o mesmo ser remetido à SUPRAM. Referentes aos possíveis impactos meio físico decorrentes da instalação e operação do empreendimento não haverá assoreamento de cursos d'água em virtude de carreamento de sólidos, na verdade a atividade de extração de areia irá desassorear o curso de água. Também não haverá intervenção em nascentes e/ou afloramentos de água.
MEIO BIÓTIPO	
DESTRUIÇÃO DE HABITAT E AFUGENTAMENTO DA FAUNA No que se refere a este impacto serão mínimos visto o pequeno porte do empreendimento e a ausência da necessidade de supressão de vegetação, tendo em vista que se trata de área já antropizada e consolidada a vários anos, além disso será advertido e proibido aos trabalhadores de qualquer atividade relacionada à caça e pesca, os trabalhadores e usuários deverão ser orientados para que fiquem atentos em suas atividades conduzindo veículos e máquinas para evitar o atropelamento de animais silvestres, preservar as áreas de matas remanescentes, principalmente nas áreas de preservação permanente. Manutenção periódica e efetiva dos veículos transportadores de material, diminuindo a emissão de ruídos e vibrações que possam perturbar demasiadamente os animais, principalmente nas proximidades dos mananciais. Evitar trabalhos noturnos.	
INTERVENÇÃO EM APP No que se refere a este impacto serão mínimos visto o pequeno porte do empreendimento e a ausência da necessidade de supressão de vegetação, tendo em vista que se trata de área já antropizada e consolidada a vários anos. Preservar as áreas de matas remanescentes, principalmente nas áreas de preservação permanente; Recuperação dessas áreas afetadas e com plantio de espécies nativas do cerrado e com	
ATROPELAMENTO DE ANIMAIS Estabelecer corredores ecológicos, que são áreas que unem os remanescentes florestais possibilitando o livre trânsito de animais e dispersão de sementes das espécies vegetais promovendo assim a conservação da biodiversidade. Estes corredores serão obrigatoriamente estabelecidos ainda na política interna. Conservação e manutenção das reservas florestais exigidas por lei; implantação de programas de educação ambiental que envolva comunidades próximas e também que conscientize os trabalhadores (próprio e terceiros) sobre a proibição de caça. Dispor de placas informativas dentro e no entorno da propriedade com proibição de caça. A proibição da caça e da pesca predatória nos limites da área de lavra pode contribuir para minimizar os efeitos desses impactos. Por fim, os	
características de fácil adaptação em áreas de mata de galeria. Plantio de espécies florestais nativas, atendendo às exigências legais de reposição florestal caso haja necessidade. Implantar área de Compensação Ambiental por intervenção em área de preservação permanente.	efeitos dos impactos sobre a fauna serão amenizados pelo simples fato das perturbações ocorrerem apenas no período de funcionamento da extração mineral.
AUMENTO DE POPULAÇÃO DE VETORES O acondicionamento e armazenamento adequados dos resíduos sólidos orgânicos. Referentes aos possíveis impactos meio biótico decorrentes da instalação e operação do empreendimento não haverá supressão de vegetação nativa e também atividades significativas que possa causar risco de eutrofização do curso de água.	

6.9 Considerações acerca das respostas às Informações Complementares solicitadas:

Considerando as argumentações apresentadas nas respostas às Informações Complementares solicitadas, bem como, quanto ao disposto em documentos retificadores também incluídos ao Processo **conclui-se que as Informações Complementares foram apresentadas de forma satisfatória.**

7. CONTROLE PROCESSUAL

O presente procedimento e os documentos que o acompanham foram analisados à luz do disposto na Lei Estadual nº 20.922/2013, Resolução conjunta SEMAD/IEF nº 1905, de 12 de agosto de 2013; Deliberação Normativa nº 217/2017; Lei 12.651 de 2012; Lei nº 4.747, de 09 de maio de 1968, com as alterações trazidas pela Lei nº 22.796, de 28 de Dezembro de 2017, Decreto nº 47.749, de 2019, Decreto 47.892 de 2020, Resolução Conjunta SEMAD/IEF nº 2.125, de 2014, e Lei nº. 11.428, de 2006.

Trata-se o presente de análise de Requerimento de Intervenção Ambiental que objetiva a “Intervenção SEM supressão de cobertura vegetal nativa em áreas de preservação permanente – APP” em uma área de 0,96 ha, para implantação do empreendimento de mineração.

O imóvel denominado “Fazenda Jambreiro”, para o qual se requer a intervenção ambiental, está localizado no Município de Datás/MG, possui área total de 32,2537 ha e está inserido no Bioma Mata Atlântica com fitofisionomias de Campo Cerrado e Campo Rupestre.

Constam presentes todos os documentos necessários à formalização do Processo, nos termos da Resolução Conjunta SEMAD/IEF nº. 3102/2021, com destaque para os pedidos de informações complementares, conforme ofícios que consta dos autos, os quais foram atendidos a tempo e modo pelo Requerente.

Por ter sido acostada ao Processo Administrativo em tela toda a documentação exigida pela Resolução Conjunta SEMAD/IEF nº 3.102, de 2021; Deliberação COPAM nº 217 de 2017, Decreto Estadual 47.749/2019 e disponível no sítio eletrônico do IEF, passo à análise.

Nota-se que o Requerente apresentou no item 5 do Requerimento de Intervenção Ambiental (80879451) informações declaradas de que a intervenção requerida enquadra-se na modalidade LAS/RAS (código A-03-01-8) da Deliberação Normativa Copam nº 217, de 2017, o que foi confirmado por este Controle Processual, após a verificação da classificação/enquadramento da atividade pretendida.

Para fins de formalização do processo, o Requerente apresentou o Projeto de Intervenção Ambiental Simplificado (106176910), conforme exigência do art. 6º, inciso X, da Resolução Conjunta SEMAD/IEF nº 3.102/2021, para o qual não fora apresentada nenhuma inconsistência técnica.

Tendo em vista a presença de intervenção em área de preservação permanente – APP, foi apresentado o Projeto de Recomposição de Áreas Degradadas (PRADA) (80879513), abrangendo a compensação e a recuperação de áreas intervindas no imóvel e o Projeto de Recomposição de Áreas Degradadas (PRADA) (101132596) para a área com processos Erosivos e às recomposições em APPs Hídricas, o qual fora discutido e aprovado no item 6.5 e 6.6 pela parte técnica, estando, portanto, de acordo com as disposições previstas no Decreto Estadual 47.749/19.

Ademais, foi apresentado o Estudo de Inexistência Técnica Locacional (80879517), conforme disciplina o §4º do art. 6º da Resolução Conjunta SEMAD/IEF nº. 3.102, de 26 de outubro de 2021, o qual foi aprovado nos termos do tópico 5.2 deste Parecer.

Nota-se pelo Requerimento que não foi solicitado a supressão de vegetação nativa e/ou corte de árvores nativas, não se aplicando, portanto, a análise quanto a existência de espécies ameaçadas de extinção ou imunes a corte.

Quanto à regularidade ambiental, verifica-se pelo recibo de inscrição MG-3121001-4195.D426.B942.4B70.A2A9.4A99.356F.37A6, que o imóvel rural em questão foi cadastrado/inscrito no CAR, conforme dispõe o art. 84, do Decreto nº 47.749, de 2019 e o art. 63 da Lei Estadual nº. 20.922, de 2013, estando de acordo com a Resolução Conjunta SEMAD/IEF nº 3.132/2002, sendo aprovado no tópico 3.2 deste Parecer.

Quanto à Reserva Legal – RL, a mesma está em conformidade com a legislação (art. 12, II, da Lei nº. 12.651, de 2012), sendo aprovada segundo o item 6.1 deste Parecer.

Quanto à existência de área abandonada ou não efetivamente utilizada, motivo de vedação para conversão de novas áreas para uso alternativo do solo conforme preconiza o art. 68 da Lei Estadual nº. 20.922, de 2013, não ficou caracterizada no imóvel em questão, segundo as informações técnicas e tópico 6.3 deste Parecer.

Quanto a Taxa de Expediente verifica-se através do item 4.4 deste Parecer que as mesmas foram devidamente recolhidas pelo Requerente, em conformidade com a exigência da Lei nº 4.747, de 09 de maio de 1968, com as alterações trazidas pela Lei nº 22.796, de 28 de Dezembro de 2017.

Por último, cumpre destacar que o presente Controle Processual se resume tão somente aos aspectos jurídicos/legais da intervenção pretendida, possuindo caráter meramente opinativo, não tendo força vinculativa aos atos de gestão que vierem a ser praticados, nem qualquer responsabilidade pelos aspectos técnicos apresentados nesta oportunidade.

8. CONCLUSÃO

Após análise técnica e controle processual das informações apresentadas, sugerimos o **DEFERIMENTO** da solicitação para "**Intervenção sem supressão de cobertura vegetal nativa em áreas de preservação permanente - APP**" em uma área total de **0,69 ha**, requerido por **MARCUS HENRIQUE RABELLO DE OLIVEIRA SANTOS, CPF nº 045.413.116-07**, cujo empreendimento se localiza no lugar denominado **Fazenda Jambreiro**, município de **Datas/MG**.

Destacamos que as intervenções não irão gerar rendimento lenhoso. Por se tratar de intervenção sem supressão de vegetação nativa, não há que se falar em taxa de reposição florestal.

Uma vez deferida a intervenção ambiental, após o recebimento da Autorização de Intervenção Ambiental (AIA), deverão ser executadas as orientações contidas nos estudos apresentados bem como no Parecer Único, bem como atendidas de forma integral as condicionantes e medidas compensatórias estabelecidas.

10. MEDIDAS COMPENSATÓRIAS

Aquela prevista no estudo **Projeto de Recomposição de Áreas Degradadas - PRADA e Propostas de Compensação Por Intervenções Ambientais em Área de Preservação Permanente - APP** (80879513), discutido no item 6.5 acima.

11. REPOSIÇÃO FLORESTAL

Forma de cumprimento da Reposição Florestal, conforme art. 78, da Lei nº 20.922/2013:

() Recolhimento a conta de arrecadação de reposição florestal

() Formação de florestas, próprias ou fomentadas

() Participação em associações de reflorestadores ou outros sistemas

(X) Não se aplica

12. CONDICIONANTES

Condicionantes da Autorização para Intervenção Ambiental

Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
1	Executar todas as Medidas Mitigadoras propostas no Plano de Intervenção Ambiental - PIA e no Parecer Técnico.	Durante a vigência da AIA.
2	Executar o Projeto de Recomposição de Áreas Degradadas - PRADA Para a Área com Processos Erosivos , em área comum (cascalheira), em uma área de 696 m ² , na Fazenda Jambreiro, nas proximidades das coordenadas UTM SIRGAS2000 23K 1 – X: 637921 m / Y: 7937760 m, conforme metodologia apresentada. A execução do Projeto deve ser de responsabilidade de profissional devidamente habilitado.	Conforme cronograma de execução apresentado.
3	Incluir na metodologia de avaliação dos resultados do PRADA a que se refere a Condicionante 2, os seguintes parâmetros: taxa de sobrevivência das mudas plantadas; índices de regeneração natural; desenvolvimento do plantio (altura e diâmetro das mudas), abundância e frequência de espécies vegetais; presença ou ausência e intensidade de focos erosivos. Os referidos parâmetros deverão constar nos relatórios de acompanhamento do PRADA.	A partir da vigência da AIA.
4	Executar o Projeto de Recomposição de Áreas Degradadas - PRADA e Propostas de Compensação Por Intervenções Ambientais em Área de Preservação Permanente - APP referente a compensação ambiental pela intervenção em APP, na modalidade de recuperação de área, em uma área de 1,2240 ha, na Fazenda Jambreiro, entre as coordenadas coordenadas planas UTM Datum Sirgas 2000 Fuso 23K X: 637878 m E /Y: 7937369 m S e X: 637803 m E /Y: 7937426 m S.	Conforme cronograma de execução apresentado.
5	Incluir na metodologia de avaliação dos resultados do PRADA a que se refere a Condicionante 4, os seguintes parâmetros: taxa de sobrevivência das mudas plantadas; índices de regeneração natural; desenvolvimento do plantio (altura e diâmetro das mudas), abundância e frequência de espécies vegetais; presença ou ausência e intensidade de focos erosivos. Os referidos parâmetros deverão constar nos relatórios de acompanhamento do PRADA.	A partir da vigência da AIA.
6	Apresentar relatórios de acompanhamento das ações executadas nos PRADAs, conforme condicionantes 2, 3, 4 e 5 com registro fotográfico. Os relatórios devem ser acompanhados de Anotação de Responsabilidade Técnica.	Anual, a partir da vigência da AIA, por no mínimo 5 anos.
7	Que o responsável pela intervenção demonstre a regularidade, mediante a inclusão ao Processo SEI, do seu Certificado Válido de Licença Ambiental Simplificada - LAS / RAS nos termos da DN COPAM Nº 217/2017.	60 dias após a emissão da licença.
8	Apresentar relatório de acompanhamento de cumprimento das condicionantes.	Semestral, a partir da vigência da AIA.

* Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de concessão da Autorização para

02/04/2025, 09:24

SEI/GOVMG - 110601317 - Parecer Técnico

Intervenção Ambiental.

13. VALIDADE DA AUTORIZAÇÃO

A Autorização para Intervenção Ambiental - AIA tem validade concomitante com o Licenciamento Ambiental Simplificado - LAS, à partir da data de sua emissão.

INSTÂNCIA DECISÓRIA

() COPAM / URC

(X) SUPERVISÃO REGIONAL

RESPONSÁVEL PELO PARECER TÉCNICO


Nome: Sílvio Henrique Cruz de Vilhena

MASP: 1.021.226-4


RESPONSÁVEL PELO PARECER JURÍDICO

Nome: Gabriela Vieira Santos

MASP: 1.563.954-5



Documento assinado eletronicamente por **Gabriela Vieira Santos, Servidora Pública**, em 31/03/2025, às 15:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Silvio Henrique Cruz de Vilhena, Servidor**, em 31/03/2025, às 15:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **110601317** e o código CRC **9809EA24**.

Referência: Processo nº 2100.01.0002239/2024-78

SEI nº 110601317